

RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL



STJ ESTATÍSTICA

Janeiro a agosto de 2022

276.349

PROCESSOS RECEBIDOS



166.639

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS



125.022

PROCESSOS REGISTRADOS



Ministro Presidente



291.661

TOTAL

392.525

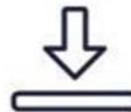
PROCESSOS JULGADOS

Incluindo AgInt, AgRg e EDcl

297.310

PROCESSOS JULGADOS

Excluindo AgInt, AgRg e EDcl



268.159

PROCESSOS BAIXADOS

277.498

PROCESSOS TRAMITANDO

em 31/08/2022



Fonte: Sistema Justiça e Power BI



MAPA ESTRATÉGICO DO STJ • 2021-2026 ! 93,39%



Nome do item: Plano STJ 21-26

Análise Crítica

Até o 2º quadrimestre de 2022, o desempenho geral acumulado do Plano Estratégico STJ 2021-2026 está em 93,32%, o que demonstra que os ajustes feitos no primeiro quadrimestre quanto ao impacto matemático das iniciativas estratégicas surtiram efeito. Como previsto, os resultados estão mais compatíveis com o cenário atual.

Ao se desdobrar o resultado por perspectiva, observa-se que todas apresentaram uma melhora significativa comparada à primeira medição deste ano:

- Sociedade: de 89,36% para 99,70%;
- Processos internos: de 81,21% para 86,84%;
- Pessoas e Recursos: de 78,99% para 93,43%.

Na perspectiva de Processos internos, a atenção especial, por estar em situação crítica, fica por conta do objetivo “Consolidar o sistema de precedentes qualificados”. Já os destaques positivos foram os objetivos Prevenir litígios (99,50%), Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional (97,91%) e o Aprimorar a governança institucional (96,96%).

Mais detalhes podem ser observados no decorrer deste relatório, sempre com o propósito de cumprir nossa missão e alcançar nossa visão de futuro, conforme descrito no Plano Estratégico STJ 2021-2026. E para o sucesso de nossa caminhada rumo a 2026, nunca esqueçamos que o [Tribunal é você quem faz!](#)

SOCIEDADE

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Fortalecer a imagem e a transparência institucional ↑	100,00	99,40	✓

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Satisfação com os serviços do STJ ↑	80,00	88,21	✓
STJ na mídia ↑	100,00	99,75	✓

Indicadores Quadrimestrais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Imagem do STJ ↑		55,04	
Transparência Institucional ↑	82,00	81,07	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Fortalecer a imagem e a transparência institu... ↑	100,00	99,00	✓

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Divulgação das Informações em Formato de Dados Abertos	028553/2020	01/2021	08/2022	100%	✓	Concluído
Pesquisa de Imagem	028583/2020	12/2020	09/2022	87%	●	Dentro do previsto
Produção de Episódios Multimídia	028584/2020	01/2021	12/2021	100%	✓	Concluído

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Fortalecer a imagem e a transparência institucional"

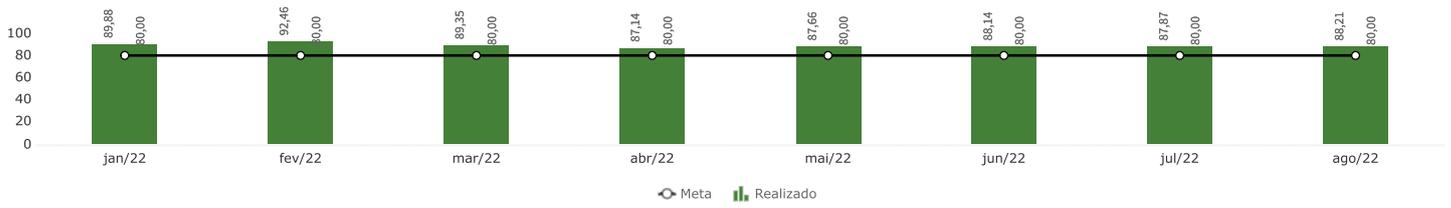
Análise Crítica

Para o presente objetivo estratégico, foram concluídos os projetos "Produção de Episódios Multimídia" e "Divulgação das Informações em Formato de Dados Abertos". A iniciativa "Pesquisa de Imagem" está dentro do previsto e as etapas de divulgação dos resultados para a sociedade e de realização do plano de ação dependem de deliberação junto a atual gestão, o que deve ocorrer até o final de setembro de 2022.

Como o projeto "Pesquisa de Imagem" se encontra próximo ao encerramento, cale avaliar a possibilidade de priorização de novas iniciativas vinculadas a este objetivo estratégico, visto que o plano estratégico atual tem vigência até 2026.

SOCIEDADE

Satisfação com os serviços do STJ



Nome do item: Satisfação com os serviços do STJ

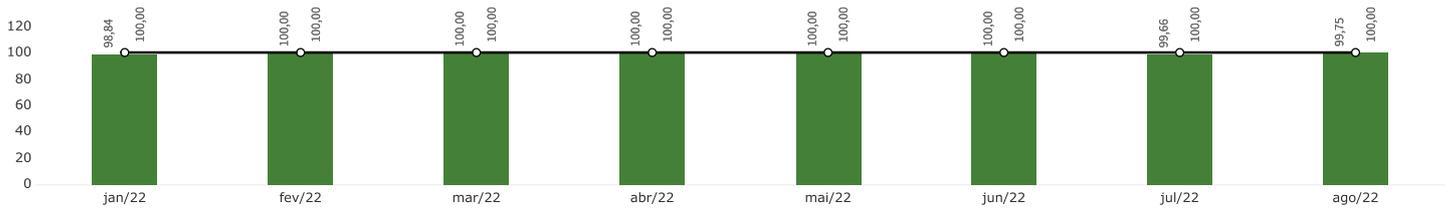
Análise Crítica

O indicador mede o quão os usuários externos estão satisfeitos com os principais serviços e infraestrutura oferecidos pelo STJ à sociedade. Observa-se que até o 2º quadrimestre, a satisfação média acumulada ficou em 88,21%, ou seja, mais uma vez superou a meta de 80%.

Acredita-se que esse bom desempenho tem sido consequência da publicação dos ícones para acesso direto às pesquisas (*banners*), com um incremento no número de respondentes de uma forma geral. Entretanto, alguns serviços que possuíam elevado volume de avaliações não obtiveram o mesmo êxito. Assim, algumas unidades em parceria com a Ouvidoria têm buscado formas de engajamento de avaliadores para as pesquisas. Focada nisso, desde junho, a Ouvidoria, gestora do indicador, tem realizado estudos de ferramentas e de técnicas de engajamento, todavia ainda não encontrou uma solução que seja eficiente e "sem custos" para o Tribunal.

Ressalta-se que neste período, os serviços mais bem avaliados foram Consulta Processual, Informações Processuais, Balcão Virtual, Notícias e Espaço do Advogado, correspondendo a 79% das avaliações, ou seja, 4.253 das 5.369.

STJ na mídia



Nome do item: STJ na mídia

Análise Crítica

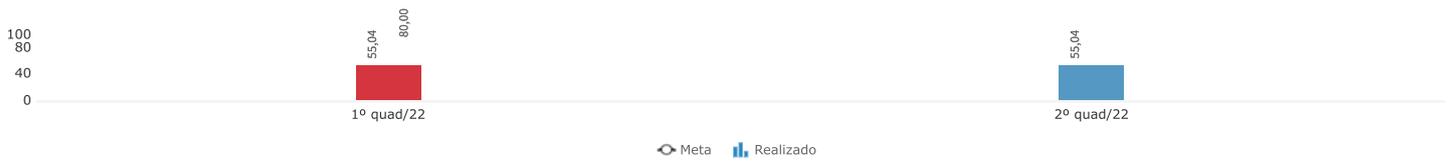
O indicador demonstra o percentual de engajamento do público em relação às mídias sociais consideradas (Notícias, Instagram, Twitter, YouTube).

Neste quadrimestre, ocorreram dificuldades pontuais no Twitter, mas nada que comprometesse o resultado final, visto que as outras mídias compensaram positivamente.

Com isso, espera-se aumentar o interesse positivo e, conseqüentemente, a imagem do Tribunal.

SOCIEDADE

Imagem do STJ



Esse indicador avalia a imagem do STJ perante a sociedade. Como reportado no último relatório, o resultado da primeira mensuração serviu para a revisão da linha de base - LB inicialmente prevista no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Com essa nova LB, foi necessária a adequação das metas para os anos seguintes, sendo 57,5% em 2023 e 60% em 2025, corroboradas pelos gestores do Tribunal na RAE de 9/6/2022. Dessa forma, entende-se que as metas se tornaram exequíveis.

Quanto ao plano de ação, que previa a divulgação dos resultados para a sociedade a partir de junho deste ano, decidiu-se pelo adiamento, pois o mesmo se encontra em revisão, para posterior deliberação, se necessário. Isso ocorreu por conta da transição da Presidência no STJ, já que os membros da direção anterior sugeriram que os resultados fossem apresentados e analisados pelo corpo administrativo da atual gestão, assumida em agosto, para prosseguimento.

Mesmo assim, de posse dos resultados, a Ouvidoria vem desenvolvendo ações que enfrentam problemas identificados na pesquisa de Imagem, tais como: aproximação com a sociedade por meio da ampliação do uso da linguagem simples, de atividades conjuntas com unidades parceiras que visam aumentar a transparência ativa no STJ, bem como de esforços para atualização da Carta de Serviços.

Transparência Institucional



Nome do item: Transparência Institucional

Análise Crítica

O indicador, com polaridade de quanto MAIOR o resultado, MELHOR, apresenta a média dos percentuais cumulativos dos seguintes itens:

- Ranking da Transparência do Poder Judiciário (aferido e divulgado anualmente pelo CNJ);
- Transparência de acordo com a LAI (indicador que mensura o atendimento do art. 7º da Resolução STJ/GP n. 14/2016, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no STJ, estão disponíveis no Portal do STJ);
- Maturidade em transparência (percentual do atendimento pelo STJ de práticas de transparência, satisfação e dados abertos elencados pelo TCU no questionário periódico iGG).

Sobre o resultado no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, destaca-se que na última aferição, os itens foram distribuídos em 9 temas que, juntos, totalizavam 85 perguntas. Neste ano, o STJ atingiu o percentual de 89,76%, contrariando a tendência dos anos anteriores, houve uma pequena redução de 1,42%. A Ouvidoria atua, em conjunto com a Presidência do STJ, para viabilizar a adequação dos itens que não estejam em conformidade ao disposto na Resolução CNJ n. 260/2018. A meta é alcançar os 100% de adequação ao normativo, em prol da transparência ativa e prestação de contas à sociedade.

Já quanto à Transparência de acordo com a LAI, para atingir 100% de adequação ao art. 7º da Resolução STJ/GP n. 14/2016, ainda é necessária a publicação do item constante no inciso XVIII, que trata da "relação de membros e servidores que participam de Conselhos e assembléias, externamente ao Tribunal".

Por fim, a Maturidade em transparência identifica as práticas que têm características associadas à transparência perante o público externo, como a disponibilização de uma Ouvidoria proativa e de canais de comunicação facilmente acessíveis a qualquer público, áreas em que o STJ está muito bem desenvolvido. Busca-se o atingimento de 100% para permitir que o Tribunal alcance níveis mais elevados de governança e transparência.

SOCIEDADE

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Promover a cidadania ↑	100,00	100,00	✓

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania ↑	3.192	7.642	✓

Indicadores Quadrimestrais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Acessibilidade no STJ	57,40	67,63	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Promover a cidadania" ↑	100,00	100,00	✓

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Conversa com o Presidente	028587/2020	02/2021	09/2022	100%	✓	Concluído
Fale com o Presidente – De Mãos Dadas: Magistratura e Cidadania	031682/2020	02/2021	11/2021	100%	✓	Concluído
Programa Proximidade com o Cidadão	028567/2020	12/2020	03/2022	100%	✓	Concluído
Projeto Empatia	025104/2020	08/2020	09/2022	100%	✓	Concluído

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Promover a cidadania"

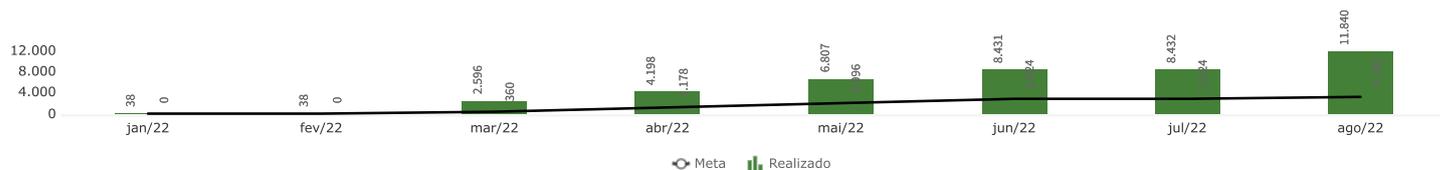
Análise Crítica

Todas as iniciativas do objetivo Promover a Cidadania já foram concluídas: Conversa com o Presidente, Fale com o Presidente – De Mãos Dadas: Magistratura e Cidadania, Programa proximidade com o cidadão e "Projeto Empatia", sendo a última finalizada neste segundo quadrimestre de 2022.

Apesar de todos os indicadores desse objetivo estratégico apresentarem ótima situação, há que se avaliar a possibilidade de priorização de novas iniciativas voltadas ao seu cumprimento, visto que o plano estratégico atual tem vigência até 2026.

SOCIEDADE

Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania



Nome do item: Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania

Análise Crítica

O indicador é composto por ações de múltiplos setores do STJ e mede o quantitativo de pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania ofertadas ao público externo. As unidades atualmente responsáveis são SED, AGS e CEFOR. Até o momento, foram contemplados 11.840 pessoas com ações de cidadania.

As ações coordenadas pela SED que compõem a métrica são: Museu Escola, O Despertar Vocacional Jurídico, Sociedade Para Todas as Idades, Atividades Culturais (Exposições Artísticas e Lançamentos de Livro). A unidade é responsável por mais de 90% dos atendimentos mensurados no indicador. O excelente desempenho alcançado pode ser atribuído, primeiramente, à estratégia de trabalho adotada pelas equipes da unidade que, no âmbito dos projetos socioeducativos, consistiu na abordagem ativa de grupos historicamente assíduos, com vistas a garantir a boa adesão aos eventos *on-line*. Já na frente de trabalho das atividades culturais, as ações foram voltadas ao lançamento e divulgação, sistemáticos, de produtos culturais de acesso virtual, garantindo ao público o conhecimento e a acessibilidade às inovações da área. Aliou-se aos fatos mencionados, a concretização da tendência de retorno das atividades presenciais, a partir de agosto do corrente ano, contribuindo para uma maior participação do público nas iniciativas realizadas pelo Tribunal. Há que se considerar que, atualmente, a meta do indicador está reduzida, se comparada aos patamares de anos anteriores, em decorrência das medidas sanitárias de distanciamento social vigentes no momento de sua definição.

Diante de todo esse contexto atual, identificou-se a necessidade de adequação da meta já para o terceiro quadrimestre de 2022, com majoração no quantitativo mensal para 1.100 pessoas em setembro e em outubro. Já em novembro, a nova seria de 1.078 pessoas. Ainda com base na análise realizada, vislumbra-se a majoração da meta para 15.000 pessoas em 2023. Dessa forma, tal proposta deve ser levada para validação em RAE. Cabe esclarecer, entretanto, que esse indicativo deverá considerar a manutenção do cenário atual de plenas condições de desenvolvimento das ações educativas e culturais sob curadoria da CULT/SED. Quaisquer alterações que interfiram nesse cenário e que representem uma ameaça à execução das ações devem ser consideradas como fatores de impacto para o estabelecimento da meta do próximo exercício.

Em relação às ações coordenadas pela AGS, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi retomada em sua modalidade presencial. Já a ação de Inclusão Digital segue suspensa, mas com previsão de retorno nos próximos quadrimestres. Com isso, existe uma expectativa de novas matrículas em ambas ações.

Até o fechamento deste relatório, o CEFOR não havia se manifestado sobre as ações de cidadania sob sua responsabilidade.

Acessibilidade no STJ



Nome do item: Acessibilidade no STJ

Análise Crítica

O indicador tem periodicidade anual e mede o quão acessível o STJ está para o cidadão, com base nas dimensões apresentadas no livro referência "Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas".

Todavia, neste segundo quadrimestre devemos ressaltar que:

- nova consulta pública sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão do STJ será disponibilizada para o público externo;
- nova Licitação para a tradução em Libras, com gestão compartilhada com a ENFAM, permitindo continuidade dos serviços de tradução nas sessões de julgamento e dos vídeos disponibilizados nas plataformas digitais;
- projeto Empatia alcançou 692 inscrições com o objetivo de minimizar as barreiras atitudinais;
- vídeos e cartilhas sobre acessibilidade para gestores foram lançadas e já tem mais de 6 mil visualizações;
- foram realizadas várias turmas de audiodescrição, Libras e Direitos dos Servidores com Deficiência para servidores e gestores do STJ; e
- uma licitação para o serviço de audiodescrição está em andamento.

Espera-se com estas e todas as demais ações, previstas no Plano Setorial, alcançar a meta deste ano.

PROCESSOS INTERNOS

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ↑	100,00	97,91	✓

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Agilidade na primeira decisão ↓	129,00	121,58	✓
Agilidade no julgamento ↑	83,50	86,20	✓
Atendimento à demanda (Meta 1) ↑	100,00	97,07	✓
Julgamento de ações coletivas (Meta 6) ↑	99,00	94,66	✓
Processos antigos com primeira decisão (Meta 2) ↑	100,00	99,18	✓
Recorribilidade interna ↓	27,00	28,25	✓
Reforma interna da decisão ↓	6,00	5,45	✓
Redução de acervo ↓	288.000	277.498	✓
Julgamento de ações ambientais (Meta 12) ↑	43,36	47,12	✓

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Congestionamento (Meta 5) ↓	39,77	40,27	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Buscar agilidade e produtividade na pres... ↑	100,00	91,00	!

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Atendimento STJ na Era Virtual	012207/2021	08/2020	08/2022	100%	✓	Concluído
Automatização das Comunicações Processuais	028543/2020	02/2021	06/2022	100%	✓	Concluído
Baixa Automática das Decisões Colegiadas	028545/2020	09/2020	06/2022	100%	✓	Concluído
Busca Textual nas Peças do Processo	028546/2020	02/2021	05/2022	100%	✓	Concluído
Controle Automático do Prazo de Despachos de Mero Expediente	028544/2020	02/2021	12/2021	100%	✓	Concluído
Datajud - Classificação de Processos com IA	010591/2021	04/2021	11/2021	100%	✓	Concluído
Triagem Processual Avançada	028540/2020	02/2021	07/2023	49%	●	Situação crítica

PROCESSOS INTERNOS

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional"

Análise Crítica

Foram concluídas 6 das 7 iniciativas estratégicas que integram este objetivo, a saber: Atendimento STJ na Era Virtual, Automatização das Comunicações Processuais, Busca Textual nas Peças do Processo, Controle Automático do Prazo de Despachos de Mero Expediente e DATAJUD - Classificação de Processos com IA.

A Triagem Processual Avançada encontra-se em situação crítica, pois a saída de todos os programadores terceirizados do SJD Web impediu o andamento das metas que necessitam de desenvolvimento tecnológico.

Tal situação impactou o resultado do objetivo estratégico em questão, que estava próximo de apresentar 100% de cumprimento no período.

Agilidade na primeira decisão



Nome do item: Agilidade na primeira decisão

Análise Crítica

O indicador visa medir o tempo médio, em dias, entre a distribuição e a primeira decisão terminativa dos processos das classes ARESP, RESP, HC e RHC. Importante destacar que a polaridade da métrica é quanto MENOR o resultado, MELHOR.

Atualmente, a média do tempo dessa decisão está em 121,58 dias, ou seja, abaixo dos 129 dias de meta. Consta-se que no 2º quadrimestre a tendência de queda se confirmou, saindo de 125,37 dias, em maio, e chegou a 121,58 dias, em agosto. Ao se comparar ao mesmo período de 2021 (131,13 dias), o resultado também foi positivo.

A expectativa, se essa queda mensal permanecer, é de que a meta seja cumprida ao final deste exercício. Ressalta-se que, por se tratar de uma média de dias de julgamento, aumentos do resultado podem indicar que processos mais antigos estão sendo julgados, o que puxaria os valores para cima, e, não necessariamente, que a agilidade de processos novos decresceu.

Agilidade no julgamento



Nome do item: Agilidade no julgamento

Análise Crítica

O indicador mede o percentual de processos baixados no mês em relação aos que tramitaram em até 1 ano.

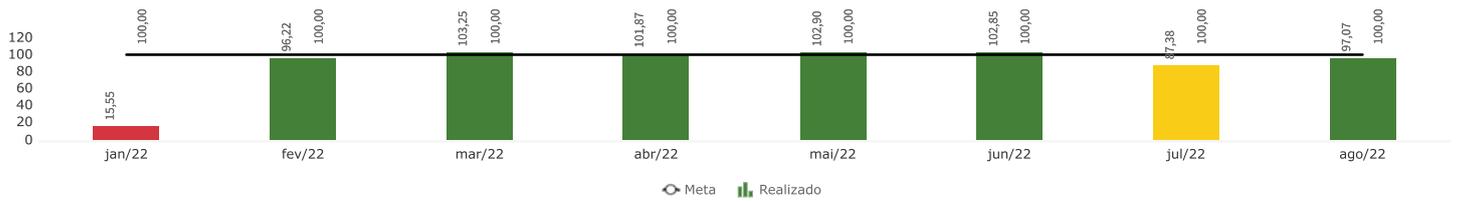
A tendência de cumprimento da meta iniciada no fim do 1º trimestre de 2021 tem se mantido constante ao longo de 2022, encerrando o segundo quadrimestre com 86,20% de processos baixados diante da meta de 83,50%.

Importante ressaltar que a polaridade dessa métrica é quanto MAIOR o resultado, MELHOR o desempenho.

Assim, infere-se que o Tribunal está cumprindo com um dos focos declarados em sua missão institucional, que é o de oferecer ao cidadão uma justiça ágil, reduzindo o tempo médio gasto em todas as fases de tramitação dos processos.

PROCESSOS INTERNOS

Atendimento à demanda (Meta 1)



Nome do item: Atendimento à demanda (Meta 1)

Análise Crítica

O indicador de Atendimento à demanda equivale à Meta Nacional n. 1, julgar mais processos do que os distribuídos. No acumulado, a taxa foi de 97,07%, próximo aos 100% de meta. Destaque nesse resultado está sendo considerado o impacto causado pelo baixo desempenho em janeiro e em julho, em virtude das férias dos ministros (art. 81 do RISTJ).

Ressalta-se que antes de 2021, esse indicador sempre ficou acima dos 100%, entretanto, infere-se que os atuais resultados foram afetados por uma diminuição do percentual de julgados em relação aos distribuídos, ou seja, há um "déficit de julgamento". Por exemplo, em 2021, neste mesmo período, foram julgados 268.248 dos 273.457 distribuídos ("déficit" de 5.209 processos). Já em 2022, julgaram-se 270.041 quanto aos 280.449 distribuídos ("déficit" de 10.408 processos). Supõe-se que isso ainda é consequência dos processos repesados devido à pandemia.

Visando ao melhor desempenho do indicador, mensalmente, são encaminhados relatórios aos gabinetes de ministros para acompanhamento dos processos afetos à meta em questão que se encontram sob sua responsabilidade.

Julgamento de ações ambientais (Meta 12)



Nome do item: Julgamento de ações ambientais (Meta 12)

Análise Crítica

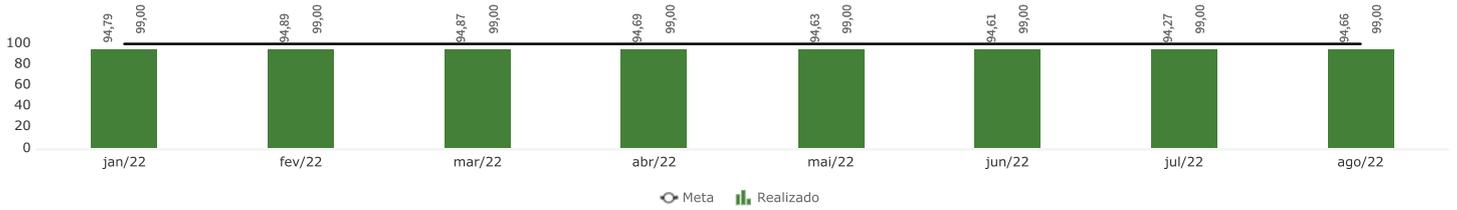
O indicador é alinhado à Meta Nacional n. 12 e mede o percentual de processos julgados relacionados a assuntos ambientais, de forma a contribuir para a sustentabilidade e, conseqüentemente, para o meio ambiente. Ressalta-se que, em 2022, a meta de julgar os processos afetos ao tema teve um incremento, ou seja, passou de 40% (2021) para 65% (2022), tornando-a mais desafiadora.

Os resultados até o fim deste 2º quadrimestre estão em situação ótima. De forma a acompanhar mensalmente, optou-se por distribuir por 12 meses uma meta de 5,42%. Com isso, até o fim deste 2º quadrimestre, a meta seria julgar 43,36% dos processos relacionados às ações ambientais e foi realizado 47,12%.

A expectativa, se continuar com esse ritmo de julgamento, é que a meta seja cumprida ao final deste exercício. Para que tais processos sejam acompanhados de perto pelos gabinetes de ministros, mensalmente, são enviados relatórios estatísticos com informações específicas deste indicador.

PROCESSOS INTERNOS

Julgamento de ações coletivas (Meta 6)



Nome do item: Julgamento de ações coletivas (Meta 6)

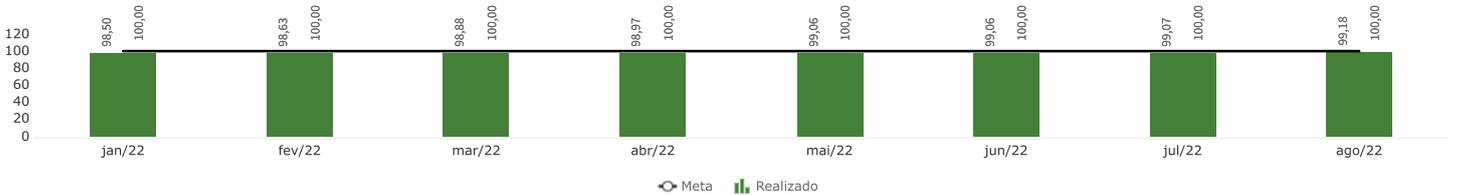
Análise Crítica

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 6, acompanha o percentual de processos julgados oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 1/1/2015.

O resultado manteve-se estável até o presente momento, acima dos 94% de cumprimento e muito próximo da meta estabelecida.

Os relatórios com os dados mensais continuam a ser enviados mensalmente para os gabinetes de ministros, visando auxiliá-los na priorização do julgamento das ações coletivas.

Processos antigos com primeira decisão (Meta 2)



Nome do item: Processos antigos com primeira decisão (Meta 2)

Análise Crítica

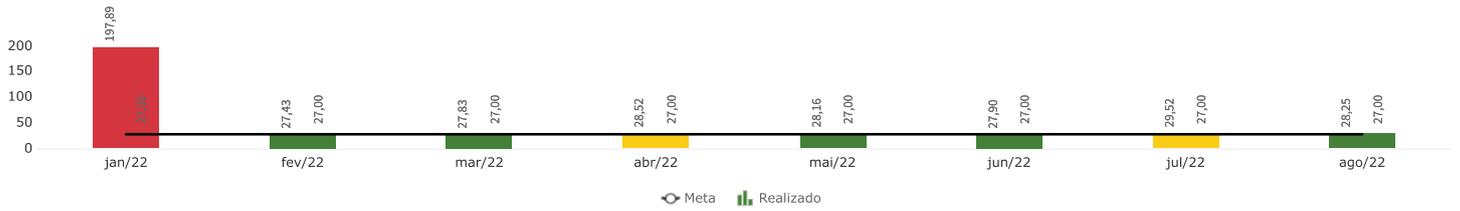
O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2022, é dividido em dois períodos base: julgar 99% dos processos distribuídos até 31/12/2017 e 95% dos processos distribuídos em 2018. O gráfico demonstra uma média dos percentuais de cumprimento dos períodos de referência.

Ambas as partes do indicador apresentaram melhora em relação ao segundo quadrimestre do ano passado. Para processos distribuídos até 31/12/2017, foram 2.830 decisões terminativas para este segundo quadrimestre, tendo 7.269 pendentes, resultando em 98,56% de cumprimento. Já para os distribuídos em 2018, foram julgados 1.673 no primeiro quadrimestre de 2022, tendo 5.059 pendentes, resultando em 102,73% de cumprimento.

Planilhas de acompanhamento das metas, juntamente com a listagem de processos pendentes de cada uma, são encaminhadas, mensalmente, aos gabinetes de ministros, com o intuito de demonstrar o desempenho real e permitir as tomadas de decisões que alavancem os resultados no decorrer de cada período mensurado.

PROCESSOS INTERNOS

Recorribilidade interna



Nome do item: Recorribilidade interna

Análise Crítica

O indicador mede a taxa de recorribilidade interna das decisões proferidas pelo Tribunal, sendo uma relação entre recursos interpostos e decisões publicadas. A métrica tem uma polaridade de quanto MENOR o resultado, MELHOR seu desempenho.

Importante ressaltar que janeiro e julho costumam apresentar resultado divergente dos demais meses em virtude das férias dos ministros (art. 81 do RISTJ). No acumulado, a taxa de recorribilidade foi de 28,25%, valor de mais de um ponto percentual maior em relação ao acumulado do segundo quadrimestre do ano passado, consequência do aumento de 12,19% no número de petições protocoladas (98.624 protocoladas no segundo quadrimestre de 2021 e 110.652 neste ano) ao passo que o número de decisões publicadas teve ampliação em menor escala de 6,43% (366.353 publicadas no segundo quadrimestre de 2021 contra 389.933 neste ano), impulsionando o resultado para cima.

Como o resultado se encontra 1,25 ponto percentual acima da meta, e faltando apenas um quadrimestre até o final do ano, caso essa tendência se mantenha, a expectativa é de que ela não seja cumprida. Com isso, é importante municiar os gabinetes dos ministros com tais informações de modo que adotem as providências cabíveis para que isso não aconteça.

Reforma interna da decisão



Nome do item: Reforma interna da decisão

Análise Crítica

O indicador tem por objetivo medir a taxa de reforma interna das decisões proferidas pelo STJ. As decisões revelam-se mais consistentes quando são ratificadas pela instância recursal. Quanto MENOR o resultado, MELHOR será o desempenho apresentado pela métrica.

No acumulado, a taxa de reforma foi de apenas 5,45%, valor 0,45 ponto percentual menor em relação ao acumulado do segundo quadrimestre do ano passado (5,90%), consequência de pequeno aumento de 2,81% no número de petições concedidas (3.658 concedidas no primeiro quadrimestre de 2021 contra 3.761 em 2022), enquanto o número de recursos julgados aumentou em ritmo mais intenso, de 11,49% (62.033 petições julgadas no primeiro quadrimestre de 2021 contra 69.164 julgadas esse ano), puxando para baixo o resultado.

Espera-se que a taxa de reforma interna se mantenha abaixo dos 6% de meta para os próximos períodos, o que corrobora com a preocupação de uniformizar o entendimento interno desta Corte.

PROCESSOS INTERNOS

Redução de acervo



Nome do item: Redução de acervo

Análise Crítica

O indicador mede o quantitativo de processos que tramitam no STJ ao final de cada período de medição. De forma a acompanhá-lo mensalmente, a equipe técnica fez projeções estatísticas e constatou que o acervo tende a subir cerca de 7% em relação ao apurado em cada mês de dezembro. Dessa forma, para que haja um acompanhamento mensal de modo que possam ser realizadas ações para redução do acervo, acordou-se que haveria um acréscimo de 7% em janeiro de cada exercício, considerando o resultado de dezembro do ano anterior. Em dezembro do ano vigente, portanto, a meta seria lançada conforme publicada no Plano Estratégico STJ 2021-2026.

Analisando-se os dados atuais, no segundo quadrimestre deste ano, após aumento do acervo em julho, período de recesso do Tribunal, em que não correm prazos e não são realizadas baixas de processos, observou-se que nos meses seguintes houve diminuição do estoque, encerrando o período com leve aumento de 3,43% (9.192) em relação ao final de 2021, mas de leve queda de 3,25% (9.336) em relação ao mesmo período do ano passado.

A redução do estoque ocorreu devido ao aumento do número de baixados (268.159 em 2022 contra 254.896 em 2021) combinado com a redução do número de recebidos (254.896 em 2022 contra 276.349 em 2021), encerrando o quadrimestre com diminuição de 4,23% (12.261) em relação a janeiro deste ano, comparado com aumento de 2,18% (6.138) no mesmo período do ano passado, indicando que o ritmo de redução do acervo nesse ano foi maior do que no ano passado.

Outro ponto a ser analisado para o desempenho desta métrica refere-se ao tempo de tramitação processual. Como existe um tempo necessário para a tramitação de um processo, o acervo do STJ sempre terá um número mínimo inevitável de processos tramitando. Tomando como base um ano mais típico no Tribunal, em 2019, esse tempo médio de tramitação foi de 191,2 dias ou um pouco mais de seis meses. Assim, trazendo para 2022, em agosto, haveria no STJ, pelo menos, aproximadamente 222.000 tramitando, o que equivale aos recebidos durante os últimos seis meses. Sendo assim, o que poderia ser feito por esta Corte para auxiliar em uma redução do estoque passa por uma diminuição desse tempo médio de tramitação.

Ressalta-se que a meta lançada em janeiro, conforme relatado anteriormente, considerou o resultado de acervo de dezembro de 2021, acrescentando 7%, chegando-se aos 288 mil processos. Em dezembro, a meta será de 230 mil, como está descrito no plano vigente.

Por fim, de maneira que o resultado seja o mais fidedigno possível à realidade do Tribunal, sugere-se uma alteração tanto na descrição atual da meta quanto na própria meta estipulada até 2026, incluindo 2022. Dessa forma, a proposta será apresentada na próxima RAE.

Congestionamento (Meta 5)



Nome do item: Congestionamento (Meta 5)

Análise Crítica

Tal indicador visa reduzir a taxa de congestionamento do Tribunal, portanto, quanto MENOR o resultado, MELHOR o desempenho.

Por estar alinhado à Meta Nacional n. 5, a meta do indicador para 2022 foi ajustada após revisão do Glossário de Metas do CNJ, em abril, passando a trazer a descrição "Reduzir 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento referente ao exercício anterior ao vigente".

Na prática, o percentual de congestionamento a ser alcançado deve ser revisado anualmente, tendo como base o resultado de dezembro do ano anterior (uma linha de base "dinâmica"). A meta deste exercício, em percentual, será de 39,77% frente aos 40,27% apurados em dezembro de 2021, ou seja, uma redução de 0,5%.

Ressalta-se que por ter um periodicidade anual, o presente indicador será mensurado de novo somente no final de 2022. O resultado apresentado no gráfico é uma repetição da última apuração, realizada em dezembro de 2021.

PROCESSOS INTERNOS

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Prevenir litígios ↑	100,00	99,50	✓

Indicadores Quadrimestrais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Controvérsias criadas ↑	50,00	51,79	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Prevenir litígios" ↑	100,00	99,00	✓

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Cumprimento da Meta Nacional n. 9 de 2022 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário	009471/2022	01/2022	08/2022	100%	✓	Concluído
Projeto de Redução de Demandas	028539/2020	01/2021	12/2022	50%	●	Dentro do previsto

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Prevenir litígios"

Análise Crítica

A ação relacionada ao "Cumprimento da Meta 9 de 2022 (CNJ) – Estimular a Inovação no Poder Judiciário" foi concluída em agosto deste ano, conforme informações disponibilizadas na intranet e levadas ao conhecimento do CNJ.

Já o projeto "Redução de Demandas" segue dentro do previsto, com possibilidade de revisão do escopo e consequentemente, da data de conclusão, devido à mudança de gestores. Os resultados têm sido divulgados constantemente em matérias na intranet e internet do Tribunal.

PROCESSOS INTERNOS

Controvérsias criadas



Nome do item: Controvérsias criadas

Análise Crítica

O indicador acompanha o percentual de controvérsias criadas em determinado período, que surgem a partir de grupos constituídos previamente por meio de inteligência artificial (Athos), formando precedentes qualificados no Tribunal.

Por dificuldades técnicas na mensuração deste quadrimestre, optou-se por repetir o resultado do 1º período. Com isso, as unidades envolvidas na gestão deste indicador estão estudando novas maneiras para aperfeiçoar a forma de medir as controvérsias, com possível substituição desta métrica, tendo em vista as mudanças ocorridas desde sua implantação. A expectativa é de que até o fim deste exercício seja apresentada uma nova proposta em RAE.

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Consolidar o sistema de precedentes qualificados ↑	100,00	56,99	⊗

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Tempo médio da afetação à publicação do acórdão (Meta 7) ↓	365	466	⊗
Publicação de acórdãos no prazo ↑	45,00	44,44	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Consolidar o sistema de precedentes qualific..." ↑	100,00	0,00	⊗

PROCESSOS INTERNOS

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Criação do Núcleo de Ações Coletivas (NAC – STJ)	028541/2020	09/2020	12/2022	82%	●	Suspensão

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Consolidar o sistema de precedentes qualificados"

0

Análise Crítica

A ação vinculada ao presente objetivo estratégico é a Criação do Núcleo de Ações Coletivas (NAC - STJ), que se encontra suspensa por prazo de até 6 meses, contados da decisão proferida em Reunião de Análise Estratégica realizada no dia 09/06/2022. Após esse período, será retomado o contato com os gestores para verificar a pertinência e viabilidade de retomada da implantação do projeto.

Tempo médio da afetação à publicação do acórdão (Meta 7)



Nome do item: Tempo médio da afetação à publicação do acórdão (Meta 7)

Análise Crítica

O CNJ apresenta metas a servirem de norte à atuação do Poder Judiciário. Dessa forma, o STJ optou por ter em seu Plano Estratégico STJ 2021-2026 o indicador Tempo médio da afetação à publicação do acórdão, alinhado à Meta Nacional n. 7 de 2022, que prioriza o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ e TST).

Esta métrica tem como meta "Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos". Atualmente, está em 466 dias.

Importante ressaltar que, embora o NUGEPNAC acompanhe a tramitação dos processos repetitivos afetados até a ocorrência de sua publicação, a resolução acerca do momento ideal para publicação não é realizada pelo setor, o que torna o cumprimento desta meta prejudicada quando analisada de forma concreta.

PROCESSOS INTERNOS

Publicação de acórdãos no prazo



Nome do item: Publicação de acórdãos no prazo

Análise Crítica

Este indicador busca aumentar para 65%, até dezembro/2026, o quantitativo de recursos repetitivos que levam até 365 dias entre a afetação e a publicação do acórdão. Para 2022, a meta é de 45%.

Utilizam-se os dados relativos ao indicador Tempo médio da afetação à publicação do acórdão, considerando a quantidade de temas que foram julgados dentro do prazo estipulado inicialmente.

Com a melhor produtividade no 2º quadrimestre, associado a um maior número de processos, o resultado do ano está muito próximo de ser atingido. Assim, poderá terminar 2022 superando a meta novamente, como já ocorreu entre maio e agosto.

Para que isso aconteça, é preciso que haja continuidade de empenho por parte da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, apoiada pelo NUGEPNAC, diante do reconhecimento da importância dos precedentes qualificados para toda a comunidade jurídica.

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade...	100,00	82,82	!

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Julgamento de ações de improbidade administrativa (Meta 4)	100,00	82,82	!

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Priorizar o julgamento de processos de c...	100,00	98,00	✓

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Cumprimento da Meta Nacional n. 4 de 2022 – Priorizar o Julgamento dos Processos Relativos aos Crimes contra a Administração Pública, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	016223/2022	06/2022	12/2022	25%	●	Dentro do previsto

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa"

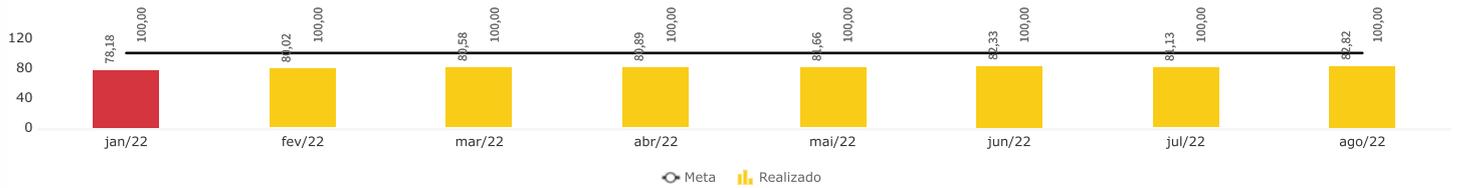
Análise Crítica

Foi concluída a primeira etapa do cronograma da ação relacionada ao "Cumprimento da Meta Nacional n. 4 de 2022 – Priorizar o Julgamento dos Processos Relativos aos Crimes contra a Administração Pública, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais", que consiste no levantamento dos processos que tratam do tema e na projeção de evolução da meta considerando o esforço até agora realizado.

As informações já foram repassadas aos gabinetes de ministros e a próxima etapa prevê reuniões com os mesmos, visando o atingimento da meta.

PROCESSOS INTERNOS

Julgamento de ações de improbidade administrativa (Meta 4)



Nome do item: Julgamento de ações de improbidade administrativa (Meta 4)

Análise Crítica

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2022, tem por objetivo o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública em determinados períodos. A meta para 2022, como de costume, foi subdividida em: julgar 99% das ações distribuídas até 31/12/2019 (primeira parte) e 90% das distribuídas em 2020 (segunda parte), tratando, em cada período, o julgamento das ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública de forma diferenciada.

Ambas as partes do indicador apresentaram contração em relação ao segundo quadrimestre do ano passado. Para processos distribuídos até 31/12/2019, houve queda de 3,58 pontos percentuais, resultado da diminuição do número de julgados de 2021 de 4.707 (sendo 414 julgados até o segundo quadrimestre) para 3.116 (sendo 249 julgados até o segundo quadrimestre) em 2022 - queda de 33,80%, redução essa mais intensa do que a diminuição de 31,02% dos distribuídos (julgados até o ano anterior mais acervo do ano base) de 5.338 (sendo 1.045 pendentes) em 2021 para 3.682 (sendo 815 pendentes) em 2022.

Do acervo base deste ano (815) foram julgados até agosto apenas 249 processos (30,55%), indicando que, caso essa tendência se mantenha até o final do ano, a meta de 778 processos julgados do acervo base, até o final do ano, provavelmente, não será cumprida.

Já para os distribuídos em 2020 houve retração mais forte de 5,87 pontos percentuais, consequência da diminuição do número de julgados de 2.829 (sendo 327 no primeiro quadrimestre) em 2021 para 1.408 (sendo 215 no primeiro quadrimestre) em 2022 - queda de 50,23%, enquanto os distribuídos (julgados até o ano anterior mais acervo do ano base) caíram em menor proporção (46,54%) de 3.356 (sendo 854 pendentes) em 2021 para 1.794 (sendo 601 pendentes) em 2022.

Do acervo base deste ano (601) foram julgados até agosto apenas 215 processos (35,77%), indicando que, caso essa tendência se mantenha até o final do ano, a meta de 422 processos julgados do acervo base, até o final do ano, provavelmente, também não será cumprida.

Planilhas de acompanhamento das metas, juntamente com a listagem de processos pendentes de cada uma, são encaminhadas, mensalmente, aos gabinetes de ministros, com o intuito de demonstrar o desempenho real e permitir as tomadas de decisões que alavanquem os resultados.

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
↑ Aprimorar a governança institucional	0,00	0,00	✓

Indicadores Quadrimestrais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
↑ Atendimento às recomendações	55,00	66,41	✓
↑ Governança no STJ	72,00	71,90	✓
↑ Mapeamento de processos	26	36	✓

PROCESSOS INTERNOS

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Aprimorar a governança institucional"	100,00	88,00	

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Aprimoramento da Governança das Aquisições	028561/2020	09/2020	12/2021	100%		Concluído
Arquivo Documental	011425/2019	05/2019	01/2023	54%		Em atenção
Comitês Consultivos de Ministros	028547/2020	09/2020	03/2021	100%		Concluído
Criação de Comitê de Ética de Inteligência Artificial	028568/2020	12/2020	06/2021	100%		Concluído
eSocial no STJ	005681/2017	07/2017	01/2023	84%		Dentro do previsto
IA-CM – Modelo de Capacidade da Auditoria Interna	039028/2019	01/2020	12/2022	87%		Situação crítica
Implementação da LGPD	028554/2020	01/2021	05/2022	100%		Concluído
Jurisprudência Administrativa	028556/2020	01/2021	12/2024	46%		Dentro do previsto
Modernização do Cefor	028564/2020	01/2021	07/2022	100%		Concluído
Padronização do Uso de Painéis de BI	028575/2020	12/2020	03/2022	100%		Concluído
Programa de Integridade do STJ	028555/2020	02/2021	08/2022	63%		Situação crítica

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Aprimorar a governança institucional"

Análise Crítica

Este objetivo possui 11 iniciativas estratégicas, representando 19% do portfólio estratégico. Neste quadrimestre, foi concluída a iniciativa Modernização do CEFOR, que somada às 5 concluídas anteriores, totaliza 6 iniciativas encerradas.

Encontram-se em situação dentro do previsto:

eSocial no STJ – após ajuste de cronograma efetuado jul/22, a iniciativa segue conforme o previsto, com foco em acompanhar a validação das informações que serão enviadas da folha de pagamento.

Jurisprudência Administrativa – houve alteração recente do cronograma e as últimas atividades incluem a apresentação de dados para tratamento e o trabalho de desenvolvimento dos campos do Espelho do precedente administrativo.

Está em situação de atenção o projeto Arquivo Documental. Os serviços atinentes ao **Contrato STJ n. 54/2022** foram iniciados e a atualização do cronograma só poderá ser realizada após o envio da medição da obra pela contratada. A fiscalização entende que a execução poderia estar mais avançada, mas a contratada tem capacidade de aumentar a produtividade para cumprimento dos prazos.

Estão em situação crítica:

Programa Integridade do STJ – a iniciativa carece de análise da nova Administração do Tribunal, em especial quanto ao estabelecimento da unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do referido programa.

IA-CM – Modelo de Capacidade de Auditoria interna – não foram concluídas as ações previstas para o segundo quadrimestre de 2022, levando à revisão de prazos previstos no cronograma.

Atendimento às recomendações



Nome do item: Atendimento às recomendações

Análise Crítica

O indicador ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES mede o percentual de atendimento às recomendações estruturantes, corretivas e orientadoras emitidas pela AUD a cada exercício. Ao final de uma auditoria, normalmente são proferidas recomendações, nos respectivos relatórios, que visam ao aprimoramento das unidades auditadas. O presente indicador mede, em dezembro de cada ano, o percentual de atendimento das referidas recomendações. Para 2022, a meta é atender 60% das recomendações que foram expedidas. As informações que subsidiam tal métrica são obtidas pela Secretaria de Auditoria Interna por meio de monitoramentos das recomendações face às respostas que as unidades auditadas exararam nos autos de cada auditoria acompanhada.

Em relação ao exercício anterior, houve uma evolução do indicador devido à mobilização das unidades do STJ no que concerne ao atendimento, integral ou parcial, das recomendações expedidas. Ademais, registra-se a redução no número de recomendações não atendidas, que no 1º semestre/2021 era de 102 e, no 2º semestre/2021, passou a ser de 88 recomendações.

Em maio de 2022, realizou-se o *Workshop Recomendações de Auditoria*, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca do Atendimento às Recomendações emitidas pela Secretaria de Auditoria Interna nos relatórios finais dos seus trabalhos, bem como acerca do planejamento dos monitoramentos realizados pela AUD e dos status atribuídos às recomendações proferidas. O evento contou com a participação de 74 servidores, representantes das diversas unidades do tribunal, quais sejam: GDG, SAD SGP, SGE, SJD, AED, STI, CEFOR, SIS, SSE, ECR, SCO, ENFAM, ACR, Ouvidoria.

Após o *Workshop*, algumas unidades fizeram propostas de modificação do cálculo do indicador estratégico. Uma reunião interna para avaliação e tomada de decisão acerca de melhorias na medição do indicador foi realizada no dia 12/09, restando estabelecido que não serão feitas mudanças na forma de cálculo do indicador, no primeiro momento. As ações estarão concentradas:

- No aperfeiçoamento do processo de monitoramento, o qual será revisto e atualizado, para adaptá-lo às regras contidas no novo Manual de Auditoria do CNJ (orientador para os Manuais dos órgãos do judiciário, e da Resolução CNJ, nº 309/20 - Seção IX, do Monitoramento e Acompanhamento da Auditoria);
- Na revisão dos prazos de monitoramento das recomendações expedidas, que em regra ficarão expirados em limite máximo de 3 anos. Ao final desse período, em não havendo solução, a AUD realizará avaliação para verificar a necessidade de continuar o monitoramento no prazo superior ao estabelecido na regra;
- Na avaliação e análise da base dos dados atual, com o intuito de identificar (e remover, se for o caso) os registros que não estejam adequados às novas determinações estabelecidas.

Governança no STJ



Nome do item: Governança no STJ

Análise Crítica

Indicador de cálculo anual, baseado em questionário do Tribunal de Contas da União - TCU, que foi preenchido no sistema próprio eGovernança em junho de 2021. Em 2022, não foi exigida a atualização pelo TCU, mas como decidido anteriormente, o STJ calculará anualmente a sua evolução nas práticas recomendadas, independentemente daquela Corte de contas.

Entre março e abril, foi feito um levantamento da evolução esperada entre 2022 até 2026 e as expectativas das novas práticas a serem implementadas já fazem vislumbrar o atingimento da meta de 75% prevista para 2022. Algumas práticas inovadoras devem impactar positivamente na próxima medição como por exemplo as melhorias na divulgação de dados abertos.

Está previsto o cálculo anual do indicador para o 3º quadrimestre deste exercício, quando a AGE enviará novamente às unidades parceiras - AEC, AUD, CEFOR, OUV, SAD, SGP, SOF e STI - a planilha interna para confirmar se as expectativas para 2022 foram efetivamente atendidas e já visando a revisão das metas de manutenção e evolução das práticas até 2026. Muitas das práticas já estão implementadas ou em vias de serem, de modo a contemplar todos os principais tópicos de Governança: Controle, Liderança, Estratégia, Gestão de Pessoas, Gestão de TI, Gestão de Aquisições e Gestão Orçamentária.

Cabe informar que há previsão, até 2023, de criação da Política de Governança do STJ, como parte de uma iniciativa estratégica ampla, visando revisar e organizar a própria prática da Governança no STJ.

Mapeamento de processos



Nome do item: Mapeamento de processos

Análise Crítica

O indicador acompanha a quantidade de processos de trabalho mapeados ao longo do ano corrente. No primeiro quadrimestre de 2022 iniciou-se nova metodologia de consolidação do indicador, passando de trimestral para quadrimestral, em virtude de alteração da periodicidade do Plano Estratégico STJ 2021-2026.

A meta prevista de 13 processos mapeados no período foi superada com um total de 20 processos mapeados, dos quais 7 foram atualizações em processos já mapeados e 13 novos mapeamentos. As unidades atendidas no período foram: ACI, CEFOR, AGE, OUVIDORIA, SAD e SID. Todos os processos de trabalho da CPES e da OUVIDORIA estão atualizados.

Para o próximo quadrimestre, está prevista a continuação do mapeamento de novos processos na ACI e na OUVIDORIA. Além disso, existe a expectativa de retomada do mapeamento dos processos de trabalho na STI. Embora estivesse programado, não foi permitido o início da modelagem na SSE.

Cabe destacar que o mapeamento realizado no CEFOR subsidiou a implementação de uma reforma em sua estrutura institucional que já se encontra em vigor.

PESSOAS E RECURSOS

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Valorizar as pessoas ↑	100,00	92,18	!

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Absenteísmo ↓	3,00	3,54	!
Cumprimento do PAC ↑	80,00	92,25	✓

Indicadores Quadrimestrais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Cursos com Instrutoria Interna ↑	60,00	26,72	✗
Adesão às ações de educação corporativa ↑	40,00	46,59	✓
Perfil profissional de competências ↑	90,00	85,62	✓
Participação no Aprimore STJ ↑	45,00	47,44	✓
Saúde preventiva ↑	960	1.486	✓
Ocorrências de segurança ↓	230	142	✓
Satisfação do Servidor ↑	80,00	89,85	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Valorizar as pessoas" ↑	100,00	100,00	✓

PESSOAS E RECURSOS

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Aprimoramento da Política de Teletrabalho e de Trabalho Remoto	028566/2020	01/2021	10/2021	100%	✓	Concluído
Inova STJ	011112/2021	05/2021	12/2021	100%	✓	Concluído
Plano de Segurança em Saúde para Enfrentamento do COVID-19	028565/2020	03/2020	06/2022	100%	✓	Concluído
Programa de Valorização do Servidor	028548/2020	01/2021	12/2021	100%	✓	Concluído

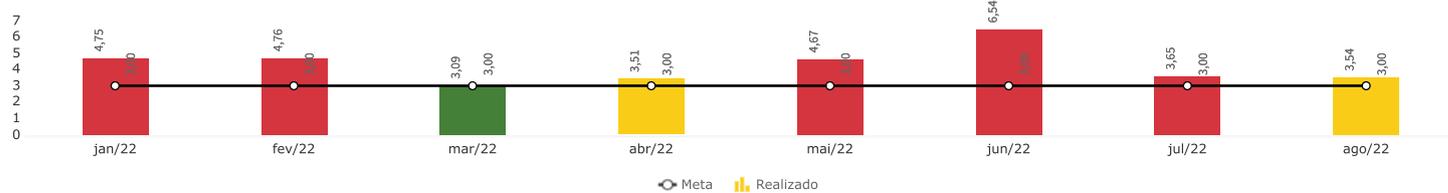
Nome do item: Iniciativas do objetivo "Valorizar as pessoas"

Análise Crítica

Destaca-se que todos os projetos que integram o presente objetivo estratégico foram concluídos: "Aprimoramento da Política de Teletrabalho e de Trabalho Remoto", "Inova STJ", "Programa de Valorização do Servidor" e o "Plano de Segurança em Saúde para Enfrentamento do COVID-19", este último finalizado em agosto.

Como o atual plano estratégico tem vigência até 2026, há que se considerar a possibilidade de adoção de novas iniciativas estratégicas voltadas ao cumprimento deste objetivo.

Absenteísmo



Nome do item: Absenteísmo

Análise Crítica

O indicador monitora as ausências dos servidores do Tribunal por motivos de doenças. Ressalta-se que a métrica possui uma polaridade quanto MENOR o resultado, MELHOR.

Nesse segundo quadrimestre, observou-se um aumento neste índice, em especial nos meses de maio e de junho. Esse resultado está em sintonia, principalmente, com o aumento observado na incidência de casos de Covid-19 ocorridos no Brasil, com a nova variante Ômicron, quando houve um rápido incremento no número de casos, com um recorde de pessoas acometidas pela doença. Como não poderia deixar de ser, essa alta incidência também foi sentida nesta Corte, com reflexo direto no índice de absenteísmo.

Já em julho e em agosto, também coincidentes com o perfil de evolução da pandemia no Brasil e no mundo com remissão de necessidade de afastamentos, o resultado ainda ficou pior do que o esperado, mas já foi possível observar uma queda no absenteísmo, ficando mais próximo do que acontecia em anos anteriores. É importante incluir aos casos confirmados de Covid-19 as doenças respiratórias recorrentes durante o período do inverno.

PESSOAS E RECURSOS

Cumprimento do PAC



Nome do item: Cumprimento do PAC

Análise Crítica

Até o término do segundo quadrimestre de 2022, o percentual de turmas realizadas de acordo com o previsto no PAC ficou em média 93,37%.

O resultado mostra a efetividade do planejamento realizado no final de 2021, com a realização do World Café, no qual participaram diversas unidades do STJ. Importante destacar que as reuniões realizadas buscaram levantar um mapa de necessidades das unidades do STJ quanto à formação e à capacitação de seus servidores. Dessa forma, para que o planejamento reflita as reais necessidades de treinamentos, é importante a participação do máximo de servidores e de gestores, e que colem informações dentro de suas equipes para apresentá-las durante à elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC.

Um ponto que merece ser mencionado, refere-se aos pedidos extra PAC, que ocorrem ocasionalmente, pois vai na direção contrária a todo o planejamento feito para o PAC, podendo colocar em risco os trabalhos da própria unidade solicitante dessas demandas extra PAC, o que ainda pode impactar negativamente outro indicador estratégico, "Cursos com instrutoria interna", pois nem sempre existem servidores aptos a ministrar cursos não previstos no PAC.

Cursos com Instrutoria Interna



Nome do item: Cursos com Instrutoria Interna

Análise Crítica

Atualmente, o indicador afere o percentual de eventos de capacitação promovidos pelo STJ que são conduzidos por instrutor interno. No segundo quadrimestre de 2022, somente 26,92% das ações internas de educação corporativa foram realizadas pelos servidores. O CEFOR está estudando ações que alavanquem o resultado desta métrica, bem como possíveis ajustes para que a meta seja mais plausível considerando o atual cenário em relação a essa instrutoria interna. A ideia é apresentar uma proposta de aprimoramento já para 2023.

De qualquer forma, o Tribunal continua se preocupando com a valorização dos servidores do STJ, buscando, sempre que possível, a atuação de instrutores internos em suas ações de capacitação. Com base em anos anteriores, a expectativa é que o indicador tenha melhores resultados no próximo quadrimestre de 2022, mas, dificilmente, a meta será superada neste exercício.

PESSOAS E RECURSOS

Adesão às ações de educação corporativa



Nome do item: Adesão às ações de educação corporativa

Análise Crítica

O indicador acompanha o percentual de servidores que participam de ação de educação corporativa oferecida ou coordenada em parceria pelo Tribunal, para aprimoramento de competências de seus colaboradores.

Neste 2º quadrimestre, dos 2.979 servidores do STJ, 1.388 servidores (46,59%) participaram de alguma ação de capacitação ofertada por esta Corte. Até o momento, foram ofertadas 203 turmas, em 158 ações de capacitação, totalizando 5.673 vagas ofertadas. Entretanto, foram preenchidas 4.865 vagas.

O planejamento de ações de educação corporativa continua para o próximo quadrimestre, para que mais servidores sejam capacitados no exercício vigente.

Perfil profissional de competências



Nome do item: Perfil profissional de competências

Análise Crítica

O resultado do Ciclo Aprimore de 2022, referente à média de todos os servidores respondentes do STJ, foi 85,62%, ou seja, uma queda de quase 8% comparada a 2021 (93,67%). Entretanto, o indicador ainda permanece em situação ótima.

Inferre-se que esse resultado ocorreu em virtude da alteração da escala avaliativa em 2022. Optou-se por esse ajuste para mapear com maior fidedignidade as lacunas de competência das pessoas, numa tentativa de evitar desvios de avaliação, como leniência. Seguem as principais modificações na escala:

Antiga Comportamental	Antiga Responsabilidades	Pontuação	Nova escala
Não tenho condições de avaliar	Não houve demanda/ Não se aplica	nenhuma	Não há indícios suficientes para avaliar
Nunca	Não executou	0	Ausência total da competência (não sabe)
Raramente	Ruim	20	Performance ruim (muitos erros)
Poucas vezes	Não satisfatório (Execução insuficiente)	40	Performance exige orientação (precisa de ajustes)
Muitas vezes	Regular	60	Performance mediana/aceitável (poucos erros)
Com frequência	Bom (Execução boa)	80	Performance boa (acima do esperado)
Sempre	Excelente	100	Excelência: performance referência (pode ensinar)

O objetivo da escala foi indicar que desempenho 100% (ou seja, sem lacuna de competência) é mérito de servidores que podem multiplicar seus conhecimentos. Isso se mostrou efetivo, uma vez que se esperava redução no desempenho do indicador, o que de fato ficou evidenciado no resultado do ciclo.

Entretanto, o desempenho, principalmente em algumas unidades, ainda é alto, próximo de 100%, o que dificulta a análise dos perfis profissionais e as necessidades de capacitação. Com isso, avalia-se a possibilidade de alterar o indicador, sua meta ou mesmo a escala para a próxima mensuração, em 2023 (periodicidade anual), de forma que o resultado seja o mais fidedigno para a realidade do Tribunal. Dessa forma, o instrumento se torna cada vez mais útil para auxiliar nas tomadas de decisões quanto às necessidades de capacitação/aprimoramento dos servidores.

PESSOAS E RECURSOS

Participação no Aprimore STJ



Nome do item: Participação no Aprimore STJ

Análise Crítica

O indicador demonstra como está a participação dos servidores do Tribunal quanto ao preenchimento das autoavaliações de competências (comportamentais e responsabilidades) durante o ciclo avaliativo Aprimore. Em 2022 (47,44%), houve um avanço nas participações em relação a 2021 (39,28%), todavia a caminhada rumo aos 100% ainda é longa, já que a norma vigente prevê a totalidade de participação dos servidores do STJ.

Esse incremento no resultado de um ano para outro mostra o quão importante é o apoio dos gestores junto a sua equipe para maior participação de seus servidores. Além disso, surtiu o efeito esperado a execução do plano de ação de divulgação elaborado em parceria com a SCO. Assim, a ideia é continuar o aprimoramento nessa divulgação durante o ciclo anual do Aprimore.

Por fim, ressalta-se que o índice de mapeamento de competências das unidades está acima de 90%, o que impacta na participação, por dar maior transparência ao processo.

Saúde preventiva



Nome do item: Saúde preventiva

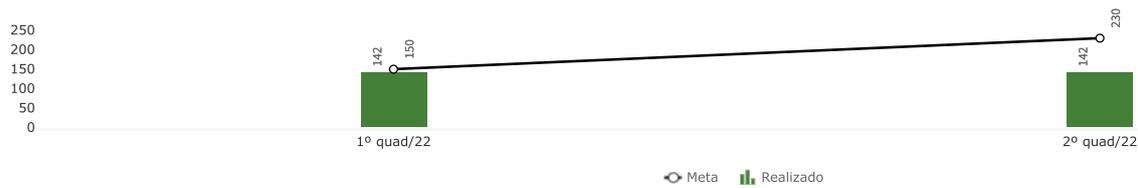
Análise Crítica

O indicador mede o quantitativo de atendimento a servidores por ocasião das ações de saúde promovida pela SIS para o Tribunal. Neste quadrimestre superou as expectativas do que estava planejado em razão de um incremento na comunicação dessas ações.

O STJ está cada dia mais preocupado em prevenir doenças entre os seus colaboradores.

PESSOAS E RECURSOS

Ocorrências de segurança



Nome do item: Ocorrências de segurança

0

Análise Crítica

Até o fechamento deste relatório, não haviam sido apresentados os resultados e respectiva análise referentes ao segundo quadrimestre do ano.

Satisfação do Servidor



Nome do item: Satisfação do Servidor

Análise Crítica

O indicador tem periodicidade bianual. Assim, o resultado será repetido até a próxima pesquisa, prevista para 2023.

Durante esse tempo, estão sendo realizadas ações decorrentes da última pesquisa de satisfação e clima organizacional.

PESSOAS E RECURSOS

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira ↑	100,00	91,25	!

Indicadores Quadrimestrais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Execução orçamentária do STJ ↑	62,00	54,06	!
Execução do PCAq ↑	50,00	66,90	✓
Aderência às metas do PLS ↑	94,00	84,43	!

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e fina... ↑	100,00	88,00	!

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Adoção de Novo Padrão Energético, com Prioridade para a Energia Solar	028558/2020	01/2021	02/2023	62%	!	Em atenção
Aprimoramento do Sistema de Informações de Custos (SIC - STJ)	031683/2020	05/2015	05/2023	21%	!	Em atenção

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira"

Análise Crítica

As duas iniciativas do presente objetivo encontram-se em situação de atenção.

O projeto "Adoção de Novo Padrão Energético, com prioridade para energia solar" passou por atrasos, em decorrência da pandemia do coronavírus, impactando a importação de equipamentos. O entrave já foi superado e, no momento, o desafio é relativo à obra de reforço da rede de distribuição, que deve ser concluída até janeiro/2023. Assim, a previsão de operação da usina é fevereiro de 2023.

No que tange ao projeto "Aprimoramento do Sistema de Informações de Custos", houve alteração recente no cronograma para ajustar demandas técnicas e as funcionalidades (centro de custo e histórico) que contemplam as unidades de nível hierárquico superior estão em desenvolvimento, com previsão de entrega para testes e aprovação em setembro/22.

PESSOAS E RECURSOS

Aderência às metas do PLS



Nome do item: Aderência às metas do PLS

Análise Crítica

O indicador estratégico "Aderência às metas do PLS/STJ" é composto por doze subindicadores que refletem a performance do Tribunal em diversos temas administrativos. As metas estabelecidas para estes subindicadores refletem o estabelecido no âmbito do Plano de Logística Sustentável do STJ (PLS-STJ).

No segundo quadrimestre de 2022, o desempenho médio dos subindicadores foi de 72,72%, resultando em uma situação crítica frente a de meta de 94%. No acumulado do ano, o resultado foi de 84,43%, uma situação aceitável. Dos doze subindicadores, sete apresentaram resultados ótimos no período.

Os subindicadores que mais impactaram negativamente o indicador foram:

- GRTM – Gasto relativo com telefonia móvel
- QEI – Quantidade de equipamentos de impressão
- CC – Consumo de copos descartáveis
- PRQVT – Participações relativas em ações de QVT
- CED – Consumo de garrafinhas de água mineral 500 ml

Telefonia móvel

O indicador está acima da meta em todos os meses, resultando em uma situação crítica no 2º quadrimestre e no acumulado do ano. Diante desse cenário, será um dos temas cuja meta será revisada nos próximos meses como havia sido programado quando da elaboração do PLS. Essa revisão das metas decorre do cenário instável da pandemia que caracterizou o período de diagnóstico do PLS.

Quantidade de impressoras

O subindicador QEI teve resultado apenas aceitável no 2º quadrimestre e no acumulado do ano, pois atualmente o Tribunal utiliza 460 impressoras, acima da meta de 410 equipamentos. No entanto, espera-se redução nesse quantitativo nos próximos meses em decorrência da retomada do projeto "Ilhas de Impressão".

Copos descartáveis

Apesar do subindicador CC ter registrado situação ótima no acumulado do ano, o resultado do 2º quadrimestre foi crítico por ter havido consumo de copos acima da meta, próxima a zero. Os dados de consumo de copos registrados no sistema Administra mostraram alto consumo em maio, contudo, isso ocorreu devido à solicitação do CJF para utilização de copos descartáveis do STJ. Diante de solicitação à unidade gestora para alteração dos registros na base do Administra foi informado que isso não seria possível, portanto, realizou-se correção manual no sistema de gestão estratégica.

Qualidade de vida no trabalho

A participação relativa em ações de qualidade de vida no trabalho é um indicador medido anualmente e, assim, o resultado do 2º quadrimestre de 2022 reflete o resultado anual medido em dez/2021, de 19,57%, abaixo da meta estabelecida para o período (40,97%), o que resultou em uma situação crítica no período e no acumulado do ano. A medição das participações em ações de qualidade de vida no trabalho atualmente é estimada e por se tratar de um indicador que mede ações dispersas em várias unidades do STJ, a AGS vem estudando novas formas de realizar uma medição mais precisa. Diante das alterações previstas para a medição do indicador, a meta para 2022, de 42,63% de participação, por ora, será mantida.

Água envasada 500mL

O consumo de água mineral em embalagens descartáveis de 500mL tem superado em todos os meses a meta estipulada e resultou em uma situação crítica no 2º quadrimestre e no acumulado do ano. Em que pese a expectativa de redução no consumo desse item a partir de setembro de 2022, haverá reunião com o gestor desse tema para avaliar possíveis ações de maneira a manter-se ou ajustar-se a meta estabelecida no PLS-STJ.

PESSOAS E RECURSOS

Execução orçamentária do STJ



Nome do item: Execução orçamentária do STJ

Análise Crítica

O quadro abaixo detalha a execução da despesa, identificando as relativas a pessoal, benefícios, custeio e investimento:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
(A) GND 1 - Pessoal	115.413.965	199.440.178	283.280.653	387.145.969	451.033.243	537.600.206	622.747.942	708.258.385
(B) GND 3 - Benefícios	3.564.321	7.950.971	14.010.015	19.425.128	29.443.887	40.402.767	53.442.573	63.924.552
(C) GND 3 - Custeio	384.623	8.267.418	23.866.628	40.927.831	62.663.925	79.132.977	99.744.259	125.700.887
(D) GND 4 - Investimento	0	6.480	2.075.207	2.497.822	2.899.649	3.310.094	3.907.202	5.041.119
(E) = A + B + C + D	119.362.910	215.665.027	323.232.504	429.996.751	546.040.705	660.446.044	779.841.976	902.924.943
Orçamento executado								
(F) Dotação atualizada	1.670.206.981	1.670.206.981	1.670.206.981	1.670.206.981	1.670.206.981	1.670.206.981	1.670.206.981	1.670.204.129
(G) Contingenciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
(H) = F - G	1.670.206.981	1.670.204.129						
Dotação orçam disponib								

Observa-se que a execução da despesa com Pessoal (GND 1) mantém-se estável ao longo do período, acumulando um acréscimo de 92,91% no segundo quadrimestre em relação ao período anterior. Convém lembrar que o primeiro quadrimestre foi favorecido com o pagamento da primeira parcela do 13º salário.

Ressalta-se que a revisão geral que estava prevista a partir de julho não foi implementada e o impacto da transformação e alocação de cargos comissionados (Resolução STJ/GP n. 12, de 6 de maio de 2022) ainda está sendo avaliado.

Já a execução dos benefícios sofreu forte impacto com o início da liquidação das despesas com assistência médica e odontológica, após a execução dos valores inscritos em restos a pagar, conforme previsão do relatório anterior. Foram liquidados R\$ 6.819.985,78 até abril, contra R\$ 31.553.813,38 entre maio e agosto.

As despesas de custeio (GND 3) cresceram 207% em relação ao primeiro quadrimestre, que apresentou uma baixa execução devido aos pagamentos referentes a janeiro ocorrerem em dezembro do ano anterior e com a execução dos saldos existentes de restos a pagar.

O desempenho do segundo quadrimestre ficou abaixo do estimado, em que pese o crescimento apresentado nas despesas acima analisadas. Ainda há valores expressivos destinados aos investimentos (GND 4) que continuam aguardando a realização de licitações. Deve-se considerar, ainda, o cenário de mudança de gestão na Presidência do STJ que impactou diretamente na execução dos investimentos.

Espera-se que, até o final do exercício, algumas barreiras possam ser superadas para que a execução orçamentária possa ser melhorada, mas talvez não seja o suficiente para atingir a meta anual de 94,50% de execução.

PESSOAS E RECURSOS

Execução do PCAq



Nome do item: Execução do PCAq

Análise Crítica

O acompanhamento desse indicador tem por objetivo otimizar a gestão orçamentária e financeira do Tribunal, bem como fomentar a cultura de planejamento das contratações alinhado ao plano estratégico institucional.

O Planejamento das Contratações e Aquisições do Superior Tribunal de Justiça – PCAq tem o propósito de consolidar o mapeamento de todas as necessidades de contratações que a instituição pretende realizar no exercício subsequente e sua construção busca viabilizar o alinhamento com os demais planejamentos institucionais, em especial com o Planejamento Estratégico, Plano de Obras, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Plano Anual de Capacitação e Plano de Logística Sustentável. Assim, o planejamento objetiva mapear as necessidades de bens e serviços que possam contribuir para o alcance da missão institucional do STJ.

Para sensibilizar os dirigentes sobre este indicador estratégico e fortalecer a cultura de planejamento das contratações, os resultados deste indicador são desdobrados para os painéis de resultados das unidades alinhadas que têm demandas no PCAq.

Como sua periodicidade é anual, o resultado apresentado é referente a 2021. Entretanto, a tendência, em 2022, é também de alcançar a meta, visto que no final de agosto já estamos com um percentual de 83,33%.

Esses dados apontam que a metodologia de construção do PCAq contribuiu para que houvesse um adequado planejamento de contratações pelas unidades, visto que as demandas não previstas no plano representaram, até o momento, apenas uma pequena parcela do total de compras efetivadas.

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Intensificar o uso de tecnologias da informação ↑	100,00	97,50	✓

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Satisfação dos usuários de TIC ↑	80,00	91,71	✓

Iniciativas

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Intensificar o uso de tecnologias da infor..." ↑	100,00	95,00	✓

PESSOAS E RECURSOS

INICIATIVA	PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO	%	FAROL	SITUAÇÃO
Adesão à Plataforma Nacional Integrada de IA dos Tribunais	028570/2020	01/2021	04/2022	100%	✓	Concluído
Análise Parametrizada com Automação de Minutas do Q3 em Aresp e Resp Integradas ao Sócrates 2.0	028542/2020	01/2021	12/2022	5%	●	Suspensão
Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (ISGP)	029429/2020	03/2021	05/2024	22%	●	Dentro do previsto
Atualização das Políticas de Segurança da Informação e de Incidentes de Segurança da Informação	028580/2020	11/2020	12/2023	67%	●	Dentro do previsto
Atualização de Infraestrutura para o Programa Justiça	028579/2020	06/2019	12/2021	100%	✓	Concluído
Automação Apoiada por IA na ARP (Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância)	028457/2020	02/2021	12/2022	28%	●	Suspensão
Ciência de Dados no STJ	031680/2020	12/2020	12/2023	85%	●	Em atenção
Criação de Equipes de Curadoria de Modelos de IA	028520/2020	12/2020	04/2021	100%	✓	Concluído
Cumprimento da Meta Nacional n. 10 de 2022 – Promover a Transformação Digital - Justiça 4.0	009655/2022	01/2022	12/2022	57%	●	Dentro do previsto
eJuris	012921/2019	04/2019	11/2022	42%	●	Suspensão
Evolução do Modelo de IA do Projeto Athos	028532/2020	12/2020	08/2022	100%	✓	Concluído
Expansão da Capacidade de Processamento da Infraestrutura de TI dos Modelos de IA	028569/2020	01/2021	12/2021	27%	●	Cancelado
Incremento da Base de Dados de Treinamento dos Modelos de IA	028534/2020	01/2021	11/2021	100%	✓	Concluído
Judiciária Web	013398/2020	02/2020	12/2022	34%	●	Suspensão
Julgamento Eletrônico	013400/2020	06/2019	12/2022	57%	●	Suspensão
Migração do Fluxus	013725/2021	05/2021	06/2023	39%	●	Em atenção
Modernização do Sistema de Áudio e Vídeo dos Órgãos Julgadores	016747/2015	08/2016	08/2022	100%	✓	Concluído
Modernização e Evolução do Sistema Administra	028591/2020	02/2021	12/2024	25%	●	Em atenção
Plano de TI de Adequações à LGPD	028582/2020	01/2020	08/2022	100%	✓	Concluído
Plano de Transformação Digital	012473/2021	06/2021	12/2024	65%	●	Em atenção
Programa de Governança de Dados	015443/2021	12/2020	12/2022	41%	●	Dentro do previsto
Programa Justiça Web	013394/2020	12/2018	12/2022	57%	●	Suspensão
Programa Preservação Digital	007446/2021	06/2019	12/2026	6%	●	Em atenção
Sistemas de Gabinete	013397/2020	12/2018	12/2022	99%	●	Suspensão
Unificação de Ambientes de Dados do STJ	031681/2020	01/2021	12/2022	38%	●	Cancelado

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Intensificar o uso de tecnologias da informação"

Análise Crítica

O presente objetivo estratégico apresenta o maior número de iniciativas, 25, o que representa 42% do portfólio estratégico.

Conforme apresentado na tabela, foram concluídas 7 e canceladas 2 iniciativas.

As iniciativas Análise Parametrizada com Automação de Minutas do Q3 em Aresp e Resp Integradas ao Sócrates 2.0, Automação Apoiada por IA no NARER, eJuris, Judiciária Web, Julgamento Eletrônico, Programa Justiça Web e Sistemas de Gabinete foram suspensas na Reunião de Análise Estratégica de 09/06/2022, por um prazo de até 6 meses a contar a partir dessa RAE. Tal situação deve ser revisada em dezembro deste ano.

Estão em situação de atenção:

- Ciência de Dados no STJ – a etapa treinamento da equipe depende da contratação da Escola Politécnica da PUCPR que está em andamento no CEFOR. O cronograma do projeto deve ser ajustado após a referida contratação.
- Modernização e Evolução do Sistema Administra – a contratação de desenvolvimento de software está na fase de conclusão da minuta de edital. A licitação deve ocorrer em breve e o contrato assinado até novembro de 2022.
- Plano de Transformação Digital – o resultado da consulta pública foi publicado no Porta da Transparência do STJ. Houve alteração na forma de tratamento e no cronograma do plano em razão da mudança administrativa do Tribunal e também dos gestores do projeto. Há previsão de encerramento para este ano.
- Programa Preservação Digital – o Projeto de Migração do Fluxus está em andamento, sendo concluída etapa da definição da estrutura do sistema SEI. Em relação ao projeto de implantação e configuração do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), os estudos realizados serão submetidos a nova gestão do Tribunal por determinação da gestão anterior.

As demais iniciativas encontram-se dentro do previsto:

- Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (ISGP) – a minuta do Edital de Licitação do sistema foi elaborada e aguarda revisão da equipe técnica.
- Atualização das Políticas de Segurança da Informação e de Incidentes de Segurança da Informação – nova versão da política finalizada, porém ainda depende de publicação.
- Cumprimento da Meta 10 de 2022 (CNJ) - Promover a Transformação Digital - Justiça 4.0 – o Balcão Virtual está 100% implantado e em operação; o Juízo 100% Digital está em estudo; a integração com a PDJ está com 66% de conclusão; e o sistema Codex está com 59,7% de conclusão.

PESSOAS E RECURSOS

Satisfação dos usuários de TIC



Nome do item: Satisfação dos usuários de TIC

Análise Crítica

O indicador mede a satisfação dos clientes internos e externos em relação ao suporte em TIC prestado pelo STJ.

Para a operacionalização da pesquisa de satisfação são consideradas todas as respostas dos clientes que receberam um suporte em TIC, os quais mostram participação considerável na pesquisa, trazendo benefícios a todos os envolvidos.

Nesse segundo quadrimestre, mais uma vez, o resultado foi bastante positivo, ultrapassando os 90% de satisfação. Dessa forma, constata-se que as expectativas dos clientes quanto aos serviços de TI prestados pelo STJ estão sendo atendidas com louvor por esta Corte.

RADAR DA ESTRATÉGIA



Nome do item: Radar da Estratégia STJ

Análise Crítica

O resultado geral do radar da estratégia para o 2º quadrimestre de 2022 apresentou um valor acumulado de 96%, refletindo não apenas um desempenho ótimo e superior ao 1º quadrimestre, mas um equilíbrio nem sempre presente entre os critérios que contribuem para o resultado do conjunto de indicadores setoriais das 19 unidades alinhadas. No entanto, espera-se que haja melhorias efetivas ao longo do ano e que ações decorrentes dos resultados iniciais tenham efeitos positivos nos períodos subsequentes.

A visão dos usuários dos serviços do STJ aumentou o desempenho entre os 2 quadrimestres do ano, passando de 91%. Apesar de vários serviços da pesquisa de satisfação do usuário externo já apresentarem uma consistente participação do cidadão, ainda há um grande desequilíbrio, pois para alguns deles não houve respondentes e para outros, há poucos respondentes, mas insatisfeitos, o que impacta negativamente no resultado. Por outro lado, algumas pesquisas anuais, como a de satisfação com o SEI, trouxeram resultados positivos para fortalecer o desempenho conjunto. Mesmo assim, os esforços para divulgar as pesquisas e garantir a participação dos usuários internos em outras, deve continuar. Também deve-se registrar que a SJR, preventivamente, tirou alguns indicadores de contagem de acessos de suas páginas para melhor analisar, pois estavam acontecendo possíveis distorções nos resultados. Em comparação, a perspectiva "Sociedade" do mapa estratégico teve um desempenho ainda mais notável, de 99%, um salto de 10% em comparação ao período anterior. Em parte, se deve ao resultado mais elevado do indicador estratégico de satisfação do cidadão, alavancado pelo sucesso e alta participação de algumas das pesquisas que o compõem. Também houve um ajuste no cálculo do impacto das iniciativas estratégicas, que se tornou um fator positivo, e a alteração no então indicador estratégico "Imagem do STJ", cuja meta havia sido superestimada e, por decisão em RAE, tornou-se um sinalizador, não mais tendo impacto sobre o resultado do objetivo estratégico e da perspectiva.

O critério de produtividade, com seu resultado acima de 95%, manteve-se essencialmente estável em comparação ao 1º quadrimestre, com uma tendência de crescimento, o que sempre se espera ao longo do ano, à medida que os gestores identificam os indicadores que requerem mais atenção e concentram esforços para evitar resultados piores ao final do ano. O conjunto de indicadores envolvidos é muito amplo, sendo complexas as explicações. No entanto, houve um acréscimo de vários indicadores no novo plano e suas metas ainda estão sendo testadas, de forma que várias unidades poderão chegar ao final de 2022 com propostas de novas metas mais efetivas ou desafiadoras.

O resultado do critério governança se manteve estável em 98%, pois a mensuração de seus indicadores, que são essencialmente de periodicidade anual, ocorrerá apenas ao final do ano. Por outro lado, houve pequena elevação do resultado para o objetivo estratégico associado à governança, essencialmente porque as iniciativas estratégicas vinculadas ao objetivo avançaram bastante.

O critério pessoas voltou a um patamar atingido ao final de 2021, quando estava em 97%. O desempenho na casa dos 97% no cumulativo de 2022 foi uma melhora perceptível de quase 4% comparado aos 93% do 1º quadrimestre. A principal razão foi o aumento de participações tanto de gestores quanto de servidores nas capacitações do CEFOR, atendendo aos incentivos trazidos pelos alertas de resultados não tão bons no primeiro quadrimestre do ano. Adicionalmente, o cálculo anual de participação no Aprimore demonstrou o quanto o interesse aumentou – houve unidade de aproximadamente 40% de participação em 2021 para mais de 80% neste ciclo. E mesmo a maneira diferente de avaliação dos gaps de aprendizado dos servidores, mensurado pelos indicadores setoriais de "Perfil Profissional", muitos dos quais não atingiram a meta em 2022, não impactou no esforço geral em melhorar a aprendizagem contínua.

O critério recursos, por sua vez, continuou em um ritmo de melhora significativa desde o final de 2021, apresentando neste quadrimestre 99%. É demonstração de que a maioria das unidades continuou com um uso eficiente do orçamento – buscando gastar menos com contratos atuais e fechando novas compras com valores menores do que os estimados, mesmo com o impacto da inflação em casos isolados. Além do mais, há unidades que até agosto de 2022, essencialmente, não usaram papel. Já na visão coletiva, por meio do mapa estratégico, o objetivo "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira" teve um desempenho bem melhor do que no 1º quadrimestre, mas a elevação demonstra, em parte, que provavelmente os indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS), que não tiveram bom desempenho no quadrimestre, ainda não são adequadamente desdobrados e que o orçamento como um todo, também terá que melhorar até o final do ano para refletir o esforço das unidades alinhadas.

O desempenho de cada uma das 19 unidades alinhadas, em particular, pode ser conferido nos relatórios setoriais elaborados no mesmo período e registrados em processos administrativos específicos.



STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Planejamento Estratégico

planejamento@stj.jus.br • (61) 3319 8859/8063